

Intervenção de Arménio Carlos
Secretário-Geral da CGTP-IN

UNIDOS PARA VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

Camaradas,

Saudamos os homens e mulheres, os jovens e reformados, que hoje saíram à rua em Lisboa e no Porto e de forma particular os trabalhadores que lutam pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho e que nas últimas semanas têm participado em importantes acções no sector público e no privado, sem esquecer os que hoje mesmo, para participar nesta manifestação, estão em greve, porque não se resignam, não abdicam de assegurar a reposição e conquista de mais direitos, e acreditam que só com a luta poderão ter uma vida melhor.

Unidos nas manifestações em Lisboa e no Porto, damos expressão à exigência de medidas que resolvam os nossos problemas e lutamos por uma política de esquerda e soberana que promova o crescimento e o desenvolvimento económico e social do país, uma melhor distribuição da riqueza e o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos. Tal como no passado, também hoje estamos unidos a lutar pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, elemento central para uma sociedade desenvolvida com mais justiça, progresso e coesão social e territorial.

Uma luta que ganha acrescida importância num tempo em que Portugal, depois de ter sido sujeito ao programa da *troika*, continua confrontado com a política neoliberal, federalista e militarista da U.E., as suas regras e instrumentos de ingerência e chantagem patentes nos tratados europeus, na UEM e no Euro, responsáveis pela degradação acentuada do sector produtivo nacional, o empobrecimento dos trabalhadores, do povo e do país, a descaracterização do regime democrático e o saque dos recursos nacionais para acrescentar lucro ao grande capital.

Uma U.E. cada vez mais descredibilizada e contestada pelos povos na generalidade dos países, que continua a ser impiedosa com os pequenos e submissa com os grandes, a abrigar o racismo e a estimular a xenofobia, a tolerar a construção de muros e a fomentar *guetos* para os refugiados, a assinar o Acordo Económico e Comercial com o Canadá (CETA), onde os interesses das multinacionais e transnacionais se sobrepõem aos direitos dos trabalhadores e dos povos, aos tribunais nacionais, à soberania alimentar e à vontade democrática expressa pelo voto popular.

Uma U.E. que, a pretexto do denominado " pilar dos direitos sociais", pretende branquear a política anti-laboral e enganar os trabalhadores e os povos através da subversão de conceitos, para promover novos ataques à contratação colectiva e aos salários, a legalização do despedimento sem justa causa, a redução da protecção social aos desempregados, o contrato único para generalizar a precariedade, sempre numa linha de retrocesso social e civilizacional, que justifica e exige uma clara demarcação e rejeição do Governo português.

Porque não esquecemos os sacrifícios que nos foram impostos, os obstáculos que tivemos de ultrapassar, a luta de resistência que fizemos para defender direitos fundamentais e os interesses nacionais e os resultados que obtivemos, podemos dizer que valeu a pena lutar.

Com a luta organizada e persistente conseguimos fazer cair a tese das inevitabilidades e da política de sentido único defendida pela U.E. e o PSD-CDS, travar a política de destruição de direitos laborais e sociais e iniciar um processo de reposição de rendimentos e de direitos que tem, necessariamente, de ter uma resposta muito mais dinâmica do Governo nos próximos tempos.

Valorizamos por isso o que foi feito. Mas, um ano e meio depois, o tempo passa, persistem as desigualdades e a pobreza laboral, as dificuldades da vida dos trabalhadores e das suas famílias foram minimizadas, mas não ultrapassadas, as respostas tardam e é preciso atender às legítimas expectativas de todos os que lutaram pela mudança, assim como responder em tempo útil aos problemas com que se confrontam. Este é o tempo de avançar e de fazer mais e melhor.

Para a CGTP-IN, o Governo não se pode acomodar face aos dados e indicadores económicos, às sondagens e aos elogios envenenados que chegam da CE para condicionar e impedir medidas que rompam com a política de direita e com a estrutura que a suporta e fomenta. É preciso que o Governo não esqueça a vontade soberana de um povo que levou a luta até ao voto para exigir a ruptura com a política de exploração e empobrecimento.

Por muitas pressões que se verifiquem da CE e do capital não há constrangimentos, por muito fortes que sejam, que se sobreponham à vontade e determinação de concretizar as opções políticas que respondam às necessidades e anseios dos trabalhadores e da população.

A hipótese de saída do Procedimento por Défices Excessivos, em parte resultado de medidas que contrariaram a cartilha de Bruxelas e de Berlim, não altera, apenas transfere para outros instrumentos, a pressão e chantagem sobre os trabalhadores e o povo, pelo que mais do que sair do PDE, o fundamental é afirmar a defesa dos interesses nacionais e do país.

O Governo tem de ouvir os trabalhadores e responder em tempo útil aos seus problemas.

E este é o tempo certo para o fazer quando está em preparação o OE. Depois de anos sucessivos de restrições, o OE para o próximo ano tem de centrar as suas atenções na resposta imediata aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e a população. O país precisa e os trabalhadores exigem um Orçamento mais centrado nas pessoas e na satisfação das suas necessidades individuais e colectivas e menos obcecado pela redução do défice e a excessiva contenção que lhe está associada na resposta às reivindicações dos trabalhadores e à melhoria da qualidade das funções sociais do Estado e dos serviços públicos.

Num quadro em que se verifica um crescimento da economia, é fundamental apostar em políticas de desenvolvimento económico e social que promovam uma mais justa repartição da riqueza. O país precisa de um Orçamento do Estado que aposte na melhoria do rendimento dos trabalhadores e pensionistas, numa política fiscal que assegure um IRS mais progressivo com o aumento dos escalões e da dedução à colecta. Um Orçamento que aponte para uma significativa redução na despesa com as PPP's – Swaps – e a contratação de serviços ao exterior, que podem e devem ser feitos pelos trabalhadores da Administração Pública.

O país necessita de inverter a política que, nos últimos 40 anos, levou à queda da parte do rendimento que vai para os salários, de 66% para 33,6%. Hoje trabalhamos mais e recebemos menos, somos o sétimo país da U.E. onde mais se empobrece a trabalhar e, quando esta semana comemorámos o Dia Mundial da Criança, temos uma pobreza infantil infame que afecta 25% das crianças e jovens até aos 17 anos.

Também no emprego, o aumento verificado não pode ser feito à custa da qualidade do trabalho e do aumento da precariedade que, entre outros, serve para que trabalho igual seja pago com salários 30 a 40% mais baixos, contribuindo assim para o empobrecimento de quem trabalha, para a emigração forçada, para o adiar de projectos de vida, de vidas adiadas em consequência das opções políticas.

É hora de romper de vez com o modelo do passado, assente em baixos salários, em produção de baixo valor acrescentado, em relações sociais cada vez mais desiguais, com os trabalhadores a ser sujeitos à desregulação dos horários, à intensificação dos ritmos de trabalho, a uma crescente penosidade do trabalho por turnos, ao aumento das doenças profissionais, a discriminações salariais entre homens e mulheres e a um clima de intimidação, assédio, repressão e medo que hoje se verifica em muitos locais de trabalho.

É hora de afirmar a liberdade sindical, condição incontornável para a efectivação da contratação colectiva e o direito constitucional de exercício da actividade sindical nas empresas e dos direitos individuais e colectivos nos locais de trabalho. A CGTP-IN não aceita que certos patrões continuem a impedir a entrada dos Sindicatos nas empresas. Tal decisão radica não só numa violação clara da Constituição, mas acima de tudo, no medo que têm dos trabalhadores se poderem organizar, reivindicar e lutar por aquilo a que têm direito. A nós, não nos intimidam. Por isso, vamos continuar a acção sindical e levar para o interior dos locais de trabalho as reivindicações, ambições e anseios dos trabalhadores! Vamos levar o esclarecimento, a mobilização e a luta por muito que isso custe, por mais que o tentem impedir.

E por muito que falem de diálogo social é impossível esconder o ascenso do confronto entre o trabalho e o capital, sinal claro da insatisfação que começa a verificar-se face à ausência de respostas do patronato e do Governo.

E é aqui que o Governo tem de dar o exemplo, no respeito pelo direito de negociação, sem condicionalismos, garantido o aumento no salário e o descongelamento nas carreiras dos trabalhadores da administração pública. Dez anos, é muito tempo para que apenas se reponha o roubo do salário efectuado aos trabalhadores do sector público! Haja vontade e determinação política, aumentem-se os salários a estes trabalhadores, promovam a progressão na carreira, valorizem aqueles que todos os dias garantem a educação, a saúde, a segurança social, a justiça, a cultura, os transportes, o serviço público das autarquias e a segurança e a defesa do país.

Não bastam anúncios de que a política vai mudar, que se está preocupado com as pessoas e, ao mesmo tempo, ceder às pressões daqueles que não querem alterar a legislação laboral da política de direita e da troika para manter os seus privilégios. Por isso, não colhe a tese dos que defendem a estabilidade da legislação laboral para manter os lucros de uns tantos, à custa da insegurança e da exploração da generalidade dos trabalhadores.

Também aqui é preciso mudar! Este é um processo que tem de ser iniciado e não pode parar. É preciso coragem, afrontar os interesses instalados e, sem tibiezas, avançar no sentido do progresso e justiça social.

Já o afirmámos e reiteramos que temos consciência que não se pode solucionar num mês aquilo que foi corroído e destruído ao longo de décadas e, em particular, nos anos da troika e do PSD-CDS. Mas não aceitamos que a meio do seu mandato, o Governo não dê o passo em frente que se exige para atacar alguns dos principais problemas que estão na origem das desigualdades e da pobreza laboral.

Por isso, dizemos ao Governo que tem uma oportunidade única para, nos dois anos que faltam até ao final da legislatura, calendarizar a discussão e resolução de um conjunto de problemas nas áreas laboral e social que justificam e exigem respostas urgentes.

Sabemos que direito algum nos foi oferecido, que todas as melhorias nas relações e prestação de trabalho foram conquistadas a pulso, com uma luta que é preciso intensificar em cada local de trabalho, empresa e sector.

E, se num passado recente foi possível recuperar, nomeadamente, feriados, repor salários, melhorar o SMN, reiniciar um processo de eliminação da sobretaxa do IRS e recuperar as 35 horas para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, também no presente não nos resta outro caminho do que dobrar a capacidade reivindicativa.

Vamos à luta para combater a precariedade dos vínculos laborais no sector privado, na Administração Pública e no SEE! Na Administração Pública e no SEE este objectivo só será atingido se for agilizado o processo de regularização dos vínculos precários. É fundamental simplificar o processo segundo o principio que a posto de trabalho permanente corresponda um vinculo de trabalho efectivo, para dar celeridade ao processo e às expectativas dos trabalhadores, sob pena da situação se arrastar no tempo com prejuízo para os trabalhadores, os serviços públicos e as populações. Também aqui é preciso introduzir o "simplex", para que sem demoras inúteis, seja reposta a justiça e a legalidade, e se devolva a dignidade e as condições de trabalho que os trabalhadores merecem.

Vamos à luta, para tornar possível aquilo que parecia impossível! Foi assim com os milhares de trabalhadores que tinham vínculo precário e foram integrados nos quadros das empresas. Foi assim com os milhares de trabalhadores que conseguiram aumento dos salários, redução dos horários e a melhoria das condições de trabalho! Foi assim com os sindicatos da CGTP-IN, que recorrendo aos Tribunais, conseguiram que estes obrigassem várias empresas a pagar centenas de milhar de euros que deviam aos trabalhadores por violação de direitos contratuais.

Se dúvidas subsistissem, aqui estão mais um conjunto de exemplos de que vale a pena lutar!

O aumento, nos últimos meses, do número de greves e outras acções de luta nos sectores público e privado, confirma uma acentuação da conflitualidade laboral, a afirmação da unidade e coesão dos trabalhadores na defesa e melhoria dos seus direitos, constitui um sinal inequívoco de contestação à arrogância patronal e à manutenção de uma legislação laboral que choca com os valores de Abril.

Estes são alertas que o Governo não pode deixar de ter em conta, num contexto em que adquire uma maior relevância a necessidade da renegociação da dívida, da revogação do Tratado Orçamental, da defesa da produção nacional e da recuperação para o domínio público de sectores estratégicos da economia.

Avançámos com propostas, apresentámos alternativas e soluções e agora queremos respostas.

Respostas que implicam medidas concretas para assegurar o aumento dos salários e das pensões de reforma; o trabalho estável e com direitos, contra a precariedade do emprego; as 35 horas para todos e o combate à desregulamentação dos horários, de forma a assegurar a articulação entre a vida pessoal e familiar; a igualdade entre homens e mulheres, porque nunca seremos livres enquanto as mulheres continuarem a ser discriminadas pela política de direita, que a todos explora; a defesa e promoção da contratação colectiva, com a eliminação da norma da caducidade e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável; a revogação das normas gravosas da legislação laboral; a intervenção atempada e eficaz da ACT; a defesa e melhoria dos serviços públicos da Administração Local e das funções sociais do Estado na saúde, educação, segurança social, cultura e justiça.

Este é o momento de assegurar aos trabalhadores com 40 anos de contribuições a passagem à reforma sem penalização. Um momento que exige a garantia da protecção social para todos e a melhoria das prestações e apoios sociais.

Como a vida tem provado, a luta, sendo determinante, é decisiva quando é organizada e assume expressão de massas e é por isso que o grande capital investe tudo contra os direitos dos trabalhadores, contra os sindicatos, as suas organizações de classe. O desafio, o grande desafio, é por isso, o de reforçar os sindicatos, sindicalizar mais, transformar a força de cada um numa grande força colectiva capaz de obrigar patrões e governos a respeitar a liberdade sindical nos locais de trabalho e os direitos de quem trabalha e produz a riqueza em Portugal.

Assim, saudamos todos aqueles que nos locais de trabalho, nas empresas e sectores estão a decidir ou já decidiram lutas para as próximas semanas, impulsionando o movimento reivindicativo que dá expressão à unidade, organização e luta dos trabalhadores e afirma a força indispensável na luta que continua pelos direitos e pela emancipação social.

A força de quem trabalha foi, é e será o factor determinante para impulsionar a transformação social e factor decisivo para a construção de uma nova sociedade mais justa e solidária, mais democrática e desenvolvida.

Nós acreditamos que é possível viver, trabalhar e sermos felizes neste país que é o nosso.

A esperança não é apenas uma certeza que nos consola; é também uma chama que nos estimula e incentiva.

Não é ficar à espera. É fazer o que se espera de nós!

VAMOS À LUTA!
VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!
VIVA A CGTP-IN!

Lisboa, 3 de Junho de 2017